

Relatório de **20** **Atividades** **24**



4 EDUCAÇÃO
DE QUALIDADE



8 TRABALHO DECENTE
E CRESCIMENTO
ECONÔMICO





4 EDUCAÇÃO
DE QUALIDADE



8 TRABALHO DECENTE
E CRESCIMENTO
ECONÔMICO





CONSELHO DELIBERATIVO

Conselheiros

José Valdir Ribeiro dos Reis (Presidente)

Asclepius Ramatiz Lopes Soares⁽¹⁾

Edson Machado Monteiro⁽²⁾

Kedson Pereira Macedo⁽⁵⁾

Adézio de Almeida Lima

Maria de Jesus Demétrio Gaia

Elvira Cruvinel Ferreira

Mauricio Teixeira da Costa

CONSELHO FISCAL

Conselheiros Efetivos

José Alípio dos Santos

Edimar Rodrigues de Abreu⁽³⁾

Paulina Pasquina Benedetti Terra⁽⁴⁾

Milton Vieira Alves Júnior

Conselheiros Suplentes

Givaldo Carneiro dos Santos

Levi Pereira da Rocha

COMITÊ EXECUTIVO

Superintendente: Juscineide Souza Pimentel

Gerente: Marcos Rafael de Oliveira Raymundo

⁽¹⁾ A partir de 17/02/2025

⁽²⁾ Até 07/02/2025

⁽³⁾ Até 01/11/2024

⁽⁴⁾ A partir de 05/11/2024

⁽⁵⁾ Até 31/03/2025

SUMÁRIO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	5
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9

IDEOLOGIA

PROPÓSITO	VALORES	NEGÓCIO
Transformar realidades socioeconômicas de pessoas e organizações sociais, em sintonia com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU)	Solidariedade, Sustentabilidade, Integridade, Diversidade e Cidadania	Inclusão socioprodutiva de pessoas em situação de vulnerabilidade social por meio de projetos e ações com o objetivo de promover o desenvolvimento humano e profissional

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Instituto Cooperforte referentes ao exercício de 2024 em cumprimento às normas legais e às boas práticas, relatando suas principais ações na busca de alcançar seu propósito de transformar realidades socioeconômicas de pessoas e organizações sociais.

Atuando como braço social da COOPERFORTE, mantivemos nosso compromisso com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), alinhando nossas iniciativas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Neste período, priorizamos especialmente os princípios da Educação de Qualidade (ODS 4) e do Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS 8). Esses ODS guiaram os investimentos e as diversas iniciativas promovidas pelo Instituto, refletindo seu foco em contribuir para um futuro mais justo e sustentável.

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO



Desde 2022, o Instituto adotou modelo de atuação que busca parcerias de longo prazo, de até três anos, com organizações sociais selecionadas por meio de Editais de Chamada Pública. As parcerias objetivam apoiar projetos para qualificação profissional e inserção de pessoas em situação de vulnerabilidade social e pessoas com deficiência no mundo do trabalho, executados pelas organizações sociais com o apoio financeiro e acompanhamento do Instituto.

Em 2024, atuando nesse modelo, o Instituto fortaleceu seu impacto social por meio do apoio a 32 organizações sociais parceiras, selecionadas por meio de Editais publicados em 2022 e 2023, localizadas em 22 unidades da federação.

Com o apoio do Instituto, as organizações parceiras realizaram projetos sociais direcionados à qualificação profissional em diversas áreas, com alta demanda nas regiões atendidas, a exemplo de beleza e estética, gastronomia, tecnologia da informação e serviços administrativos. Adicionalmente, o público atendido por esses projetos, formado por jovens e adultos com renda familiar de até 3 salários mínimos, receberam treinamentos complementares

cruciais para seu desenvolvimento profissional, incluindo educação financeira, educação digital, cidadania e empreendedorismo.



A abordagem integrada das qualificações ampliou as oportunidades de inclusão produtiva e a geração de renda para o público atendido. Esse avanço se fortalece com a atuação das organizações sociais, que buscam parcerias locais com empresas e outras fontes de emprego e renda para os participantes dos projetos apoiados.

No decorrer de 2024, em torno de 900 pessoas concluíram as qualificações nos projetos apoiados pelo Instituto, representando 95% do total de atendidos. Destes participantes, quase 400 já foram inseridos no mundo de trabalho, através de emprego formal ou por meio de iniciativas de empreendedorismo, representando 44% dos atendidos qualificados.

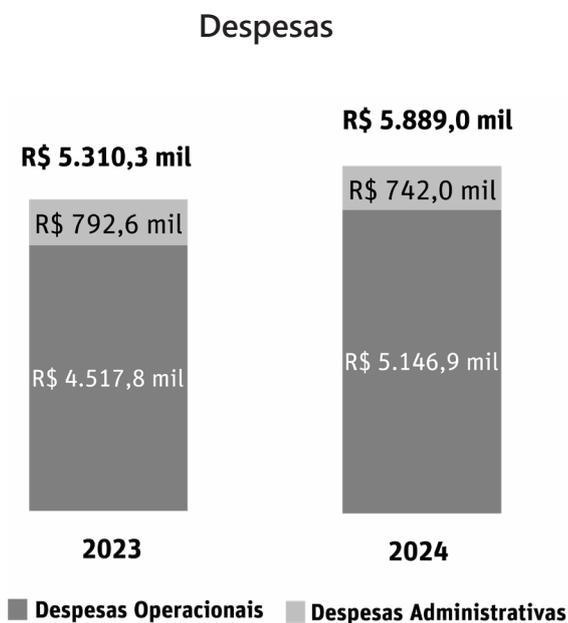


As organizações sociais parceiras, mesmo após a conclusão da qualificação, continuam atuando para a inserção de seus atendidos no mundo do trabalho, resultando atualmente na média de 63% de atendidos colocados nos últimos 3 anos.

Em relação ao apoio financeiro investido pelo Instituto às organizações sociais parceiras, em 2024 o limite máximo por projeto foi mantido em R\$ 90,0 mil. O montante das despesas operacionais com projetos no ano totalizou R\$ 5.146,9 mil, representando um aumento de 13,9%, enquanto as despesas administrativas foram reduzidas em 6,4%. Assim, as despesas totais do Instituto apresentaram um aumento de 10,9% em relação ao ano anterior, passando de R\$ 5.310,4 mil para R\$ 5.889,0 mil. As disponibilidades financeiras ao final do período foram de R\$ 6.686,1 mil.

Em setembro de 2024, o Instituto Cooperforte publicou um novo Edital de Chamada Pública visando a realização e/ou a renovação de 25 parcerias com organizações sociais para os próximos três anos (2025-2027), considerando que aquelas iniciadas em 2022 se encerrariam em 2024. A aceitação do modelo de atuação e parcerias ficou evidenciada no expressivo número inscrições no Edital. Foram recebidas inscrições de 277 organizações de todas as UFs.

Dessa forma, em 2025 o Instituto atingirá uma marca histórica nos seus 22 anos de existência ao alcançar parcerias e projetos sociais apoiados simultaneamente em todas as unidades da federação, promovendo a transformação social em todo o país e atendendo a crescente demanda por iniciativas inovadoras de qualificação profissional e inclusão socioproductiva.



PROJETOS APOIADOS EM 2024



32

Parcerias
Realizadas



22

Unidades
da Federação



09

Áreas
de Qualificação



942

Atendidos
Inscritos



95%

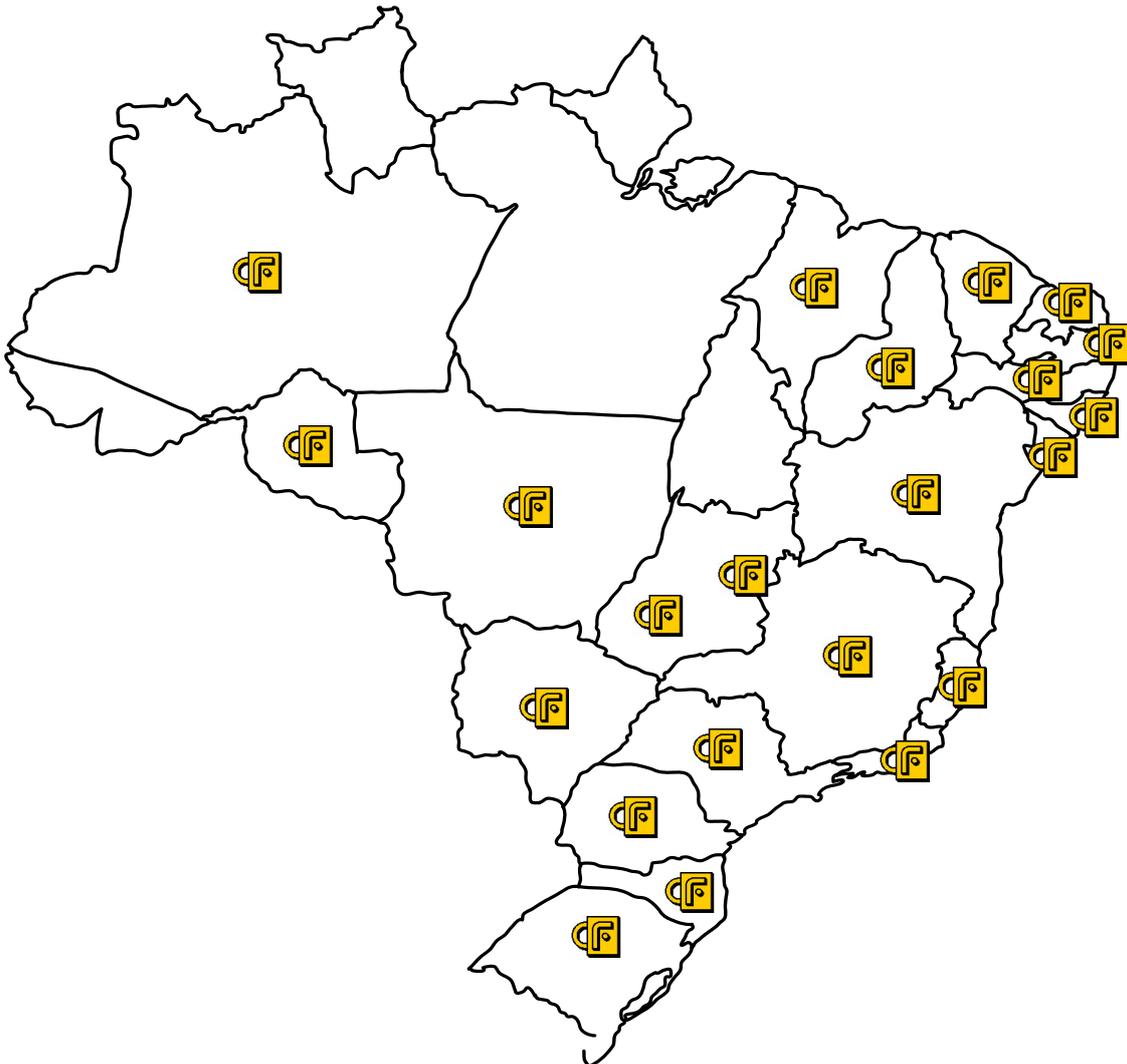
Formandos



44%

Inserções
Até Março/2025

PELO BRASIL



Além das iniciativas de qualificação e geração de renda, o Instituto Cooperforte e a COOPERFORTE se destacaram pelo Programa Ações Solidárias, mobilizando campanhas ao longo do ano, como a do SOS Rio Grande do Sul, a Campanha do Agasalho, o Dia das Crianças e o Natal Solidário, além da participação no dia C de Cooperar, que beneficiaram milhares de pessoas em situação de vulnerabilidade social em todo o Brasil. É importante destacar que a transparência na prestação de contas das doações recebidas e distribuídas às organizações beneficiadas foi garantida por meio de publicações permanentes nos sites do Instituto e da COOPERFORTE.

AÇÕES SOLIDÁRIAS EM 2024



Esses esforços refletem a essência da organização, que busca sempre atuar de forma integrada e solidária, mediante arrecadação de doações e recursos, além da participação de associados, colaboradores e público em geral, o que vem fortalecendo a cultura de doação, cooperação e solidariedade.

Em outra ação com objetivo de promover a cultura da solidariedade com estímulo a doações de alimentos não perecíveis, além de incentivar os cuidados com a saúde e a preservação do meio ambiente, foi realizada, em comemoração aos 40 anos da COOPERFORTE, a 5ª edição da Corrida DOAR 10K, evento esportivo realizado no Parque Nacional de Brasília que contou com a participação de mais de 1.000 inscritos.

O Instituto Cooperforte continuará aprimorando suas estratégias, juntamente com a COOPERFORTE, expandindo sua atuação por meio de parcerias duradouras, com o foco em seu papel na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Assim, o Instituto expressa sua gratidão a cada um de nossos públicos de relacionamento, em especial à Diretoria Executiva, Conselheiros, Colaboradores e Delegados Seccionais da COOPERFORTE, aos nossos Associados e Parceiros que, de maneira direta ou indireta, contribuíram para mais um ano de conquistas e resultados positivos.

Convidamos todos a se juntar a nós nesse processo de transformação e crescimento. Juntos podemos ampliar ainda mais o impacto do Instituto Cooperforte, que agora chega a todas as Unidades Federativas do Brasil.

A Administração.

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BALANÇO PATRIMONIAL

(Valores em unidades de Reais)

ATIVO	NOTA	2024	2023
ATIVO CIRCULANTE		7.142.904	6.516.007
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.686.129	6.106.585
Créditos		437.971	321.843
Valores a receber - repasse da Mantenedora		437.971	319.322
Adiantamentos e antecipações		-	2.521
Despesas antecipadas	5	14.494	30.804
Bens disponíveis para venda	6	4.310	56.775
ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.501	2.033
Imobilizado		1.501	2.033
Investimentos	7	277	263
Imobilizações de uso	8	1.224	1.770
TOTAL DO ATIVO		7.144.405	6.518.040
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO CIRCULANTE		229.965	193.662
Fornecedores		1.899	241
Obrigações trabalhistas	9	157.093	142.512
Obrigações previdenciárias e sociais	10	37.623	25.671
Obrigações tributárias	11	33.350	25.238
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	6.914.440	6.324.378
Patrimônio social		6.324.378	7.083.249
Superávit/(Déficit) do exercício		590.062	(758.871)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.144.405	6.518.040

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

2.2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Valores em unidades de Reais)

DESCRIÇÃO	NOTA	2024	2023
RECEITAS OPERACIONAIS		6.479.051	4.551.475
Sem restrição		6.479.051	4.551.475
Contribuições e doações	13	5.720.489	3.581.393
Rendimentos financeiros	14	758.562	970.082
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(5.146.984)	(4.517.793)
Educação	15	(5.146.984)	(4.517.793)
RESULTADO BRUTO		1.332.067	33.682
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		(742.005)	(792.553)
Operacionalização técnica e administrativa	16	(598.576)	(595.345)
Impostos e taxas	17	(26.820)	(34.583)
Prestadores de serviços	18	(29.239)	(14.528)
Informática (licenças e serviços)		(19.471)	(21.390)
Telefone e internet		(13.002)	(20.099)
Depreciação e amortização		(546)	(1.407)
Outras despesas/receitas	19	(54.351)	(105.201)
SUPERÁVIT/(DÉFICIT) DO PERÍODO		590.062	(758.871)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

2.3 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores em unidades de Reais)

DESCRIÇÃO	PATRIMÔNIO SOCIAL	RESULTADOS ACUMULADOS	TOTAL
Saldos em 01/01/2023	6.990.007	93.242	7.083.249
Transferência para patrimônio social	93.242	(93.242)	-
(Déficit) do exercício	-	(758.871)	(758.871)
Saldos em 31/12/2023	7.083.249	(758.871)	6.324.378
Transferência para patrimônio social	(758.871)	758.871	-
Superávit do exercício	-	590.062	590.062
Saldos em 31/12/2024	6.324.378	590.062	6.914.440

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.



2.4 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Valores em unidades de Reais)

DESCRIÇÃO	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit/(Déficit) líquido do exercício	590.062	(758.871)
Ajustes	546	4.629
Depreciações e amortizações	546	1.407
Baixa do imobilizado	-	3.222
Resultado ajustado	590.608	(754.242)
Varição nos ativos e passivos	(11.050)	(85.332)
Redução (Aumento) em valores a receber	(118.648)	(32.763)
Redução (Aumento) em adiantamentos e antecipações	2.521	16.847
Redução (Aumento) em valores a recuperar	-	208
Redução (Aumento) de despesas antecipadas	16.310	(22.652)
Redução (Aumento) de bens disponíveis para venda	52.465	(56.775)
Aumento (Redução) de fornecedores	1.657	-
Aumento (Redução) obrigações trabalhistas	14.581	(874)
Aumento (Redução) em obrigações previdenciárias e sociais	11.952	(1.293)
Aumento (Redução) em obrigações tributárias	8.112	11.970
Geração de caixa nas atividades operacionais	579.558	(839.574)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(Aumento) líquido de investimento	(14)	(16)
Aplicação de caixa nas atividades de investimentos	(14)	(16)
FLUXO DE CAIXA TOTAL	579.544	(839.590)
Saldo inicial de caixa e equivalentes	6.106.585	6.946.175
Saldo final de caixa e equivalentes	6.686.129	6.106.585
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	579.544	(839.590)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

2.5 NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto Operacional

A ASSOCIAÇÃO PARA PROMOÇÃO HUMANA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – INSTITUTO COOPERFORTE,

pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, constituída em 23/03/2003, com sede em Brasília-DF, tem o propósito de promover: o desenvolvimento econômico e social e o combate à pobreza tendo presentes os direitos humanos, a democracia, os valores e os princípios cooperativistas universais e do Instituto; o desenvolvimento de pessoas de baixa renda, mediante educação e qualificação profissional que contribuam com sua inserção nos contextos social e econômico; o desenvolvimento e a difusão do cooperativismo; o empreendedorismo e desenvolvimento sustentável agregado aos eixos social, ambiental e econômico; o voluntariado; a assistência social e experiências não lucrativas de novos sistemas alternativos de emprego e crédito.

O Instituto Cooperforte tem como Instituidora a **COOPERFORTE Cooperativa de Crédito e Investimentos Ltda.**, que contribui regularmente para o Instituto, em consonância com o 7º Princípio Universal do Cooperativismo: Interesse pela Comunidade.

No exercício de 2024, o Instituto renovou o apoio financeiro a 32 organizações sociais em continuidade a parcerias iniciadas em 2022 e 2023. Essas parcerias são desenvolvidas pelo prazo de 3 (três) anos para apoio de projetos anuais, com a continuidade condicionada ao atendimento de requisitos e de indicadores de desempenho e impacto e com limite de R\$ 90 mil por projeto.

Os projetos apoiados buscaram qualificar e inserir no mundo do trabalho jovens e adultos de 18 a 40 anos, em situação de vulnerabilidade social. As qualificações foram realizadas em áreas como beleza e estética, gastronomia, tecnologia da informação e administrativa, oferecendo, em todas elas, treinamentos também em educação financeira, cidadania, empreendedorismo e educação digital.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, aprovadas pelo Conselho Deliberativo do Instituto Cooperforte, em 18/03/2025, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidades de lucros e da NBC TG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas.

As demonstrações financeiras e todas as informações deste documento estão expressas em unidades de Reais (R\$), que é a moeda funcional corrente no País e utilizada pelo Instituto.

O Instituto adota estimativas para mensurar vidas úteis dos bens do ativo imobilizado e intangível, passivos contingentes, dentre outros ativos e passivos. Apesar dos resultados reais poderem apresentar variação em relação à observância do princípio de competência, o Conselho Deliberativo entende que as premissas adotadas para as suas estimativas são as melhores para representar fielmente a posição financeira e patrimonial da entidade em suas demonstrações financeiras.

3. Resumo das principais políticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

b) Instrumentos financeiros

São contratos que dão origem a ativos financeiros, a passivos financeiros ou a instrumentos patrimoniais. As Demonstrações Financeiras devem indicar a significância dos instrumentos financeiros para a posição patrimonial

e financeira e a natureza e extensão dos riscos resultantes desses instrumentos.

c) Créditos

São os valores devidos ao Instituto por terceiros, decorrentes de vendas de bens ou prestação de serviços, a serem recebidos em prazo determinado.

d) Valores a recuperar

Correspondem aos montantes pagos pela entidade que poderão ser restituídos ou compensados futuramente, como impostos a recuperar e obrigações previdenciárias a recuperar.

e) Despesas antecipadas

Referem-se a pagamentos antecipados a fornecedores para apropriação nas respectivas competências.

f) Bens disponíveis para venda

Correspondem aos bens recebidos em doação para custeio das atividades e que estão disponíveis para venda.

g) Investimentos

Aplicações financeiras realizadas com o objetivo de obter retorno econômico futuro, podendo incluir participações societárias, títulos e valores mobiliários. Os investimentos são demonstrados ao custo de aquisição e deduzidos de provisão para perdas consideradas permanentes pela Administração, quando aplicável.

h) Imobilizado

Ativos tangíveis adquiridos para uso na operação da entidade, com vida útil superior a um exercício social, como terrenos, edificações, máquinas e equipamentos. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Redução ao valor recuperável de ativos

O Pronunciamento Técnico CPC 01/R1, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis dispõe sobre procedimentos no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, que a entidade deva avaliar, no mínimo ao fim de cada exercício social, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, situação que tornaria necessária a estimativa do valor recuperável do ativo.

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Instituto Cooperforte são analisados a cada período de encerramento do exercício para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Se houver indicação de desvalorização, a Associação estima o valor recuperável do ativo, que deve ser o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização (imparidade), reconhecida no resultado do período.

Em 31/12/2024, não há evidência quanto à necessidade de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de perda provável, quando aplicável, são divulgados em notas explicativas

às demonstrações financeiras.

k) Provisões administrativas (fornecedores)

São reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l) Obrigações trabalhistas

Valores provisionados para cobrir obrigações trabalhistas decorrentes de férias de funcionários, bem como os encargos sociais incidentes sobre essas remunerações.

n) Tributos e contribuições

O Instituto, nos termos do artigo 12 da Lei nº 9.532/1997 e Art. 10 da Lei nº 9.718/1998, na condição de instituição sem finalidade lucrativa, goza de imunidade tributária em relação aos impostos federais, estaduais e municipais, nos termos do art. 150, inciso VI, alínea "C", da Constituição Federal.

No que se refere à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a entidade não apura lucro, portanto, não está sujeita às regras da Lei nº 7.689/1988, artigos 1º e 2º.

A contribuição para o PIS/PASEP é calculada sobre a folha de salários, de acordo com o Decreto nº 4.524, de 17/12/2002, artigo 9º, inciso III. Conforme incisos I e II, artigo 46 deste Decreto, as entidades relacionadas no artigo 9º, as instituições de educação e de assistência social que preencham as condições e requisitos do art. 12 da Lei nº 9.532/1997, não contribuem para o PIS/PASEP sobre o faturamento.

Para fins de contribuição da COFINS a entidade é isenta, nos termos do art. 14, inciso X, da MP nº 2.158/2001, sendo que a isenção alcança somente as receitas decorrentes das atividades próprias.

Considerando que a isenção não alcança as receitas financeiras e que o Decreto nº 8.426 de 1º de abril de 2015, revogou o Decreto nº 5.442 de 09/05/2005 que reduzia a zero as alíquotas do PIS e COFINS sobre as receitas financeiras, o Instituto passou a calcular e recolher a COFINS sobre as receitas financeiras à alíquota de 4% (quatro por cento).

m) Obrigações previdenciárias e tributárias

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, aos quais o Instituto tem por diretriz. O Instituto não possui obrigações não formalizadas.

o) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são divulgadas em Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Receitas e despesas

As receitas e as despesas sem restrição (não vinculadas às parcerias específicas) são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas e as despesas com restrição (vinculadas às parcerias específicas) são reconhecidas na proporção da execução das despesas vinculadas aos

projetos/convenios/termos de parceria.

q) Eventos subsequentes

São divulgados em notas explicativas, se existirem, eventos que ocorram entre a data-base das Demonstrações Financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por eventos que causam ajustes contábeis e que, na data-base das demonstrações financeiras, apresentam condições existentes.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2024	2023
Banco do Brasil - Poupança	47.594	13.925
Depósito a prazo COOPERFORTE	6.606.449	6.089.865
Banco do Brasil - BB Rende Fácil	9.875	1.856
Caixa Econômica Federal - Poupança	22.211	939
Total	6.686.129	6.106.585

Os Depósitos a Prazo junto à COOPERFORTE, na modalidade de Recibo de Depósito Cooperativo – RDC, possuem liquidez diária e taxas pós-fixadas com base no indexador CDI. As remunerações dos depósitos foram capitalizadas até a data do balanço.

O Instituto não possui operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

5. Despesas Antecipadas

Descrição	2024	2023
Despesas Antecipadas	14.494	30.804
Total	14.494	30.804

O saldo corresponde aos benefícios de alimentação e transporte concedidos aos colaboradores, para serem apropriados ao resultado no mês subsequente.

6. Bens disponíveis para venda

Descrição	2024	2023
Bens disponíveis para venda	4.310	56.775
Total	4.310	56.775

O saldo corresponde aos móveis e utensílios recebidos em doação da COOPERFORTE no exercício anterior. Os recebimentos das vendas integraram as disponibilidades do Instituto.

7. Investimentos

O saldo é representado pela integralização de capital, atualizada mensalmente, conforme demonstrado:

Descrição	2024	2023
COOPERFORTE	277	263
Total	277	263

8. Imobilizado

Descrição	Taxa	Saldo Inicial	Aquisições	Baixa	Depreciação	Saldo Final
Móveis de uso	10%	1.051	-	-	(260)	791
Equipamentos de uso	10%	719	-	-	(286)	433
Equipamentos de Comunicação	20%	-	-	-	-	-
Equipamentos de processamento de dados	20%	-	-	-	-	-
Licenças e programas em uso	20%	-	-	-	-	-
Total 2024		1.770	-	-	(546)	1.224
Móveis de uso	10%	1.311	-	-	(260)	1.051
Equipamentos de uso	10%	1.005	-	-	(286)	719
Equipamentos de Comunicação	20%	-	-	-	-	-
Equipamentos de processamento de dados	20%	4.083	-	(3.222)	(861)	-
Licenças e programas em uso	20%	-	-	-	-	-
Total 2023		6.399	-	(3.222)	(1.407)	1.770

Corresponde ao custo de aquisição, menos a depreciação acumulada, de bens destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. As depreciações acumuladas são calculadas pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

9. Obrigações trabalhistas

Descrição	2024	2023
Rescisão a pagar	-	69.573
Provisão de férias	157.093	72.939
Total	157.093	142.512

O aumento registrado na provisão para férias é decorrente da entrada de novos colaboradores e à readequação de salários do quadro funcional. Esses fatos, resultaram em um incremento na obrigação de curto prazo relacionada aos direitos trabalhistas.

10. Obrigações previdenciárias e sociais

Descrição	2024	2023
NSS a recolher	30.465	21.529
FGTS a recolher	7.158	4.142
Total	37.623	25.671

11. Obrigações tributárias

Correspondem às obrigações de impostos e contribuições a recolher, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2024	2023
IRRF a recolher	30.063	21.249
PIS a pagar a recolher	897	1.601
PIS/COFINS/CSLL a recolher	220	80
IRRF a recolher serviços prestados por pessoa jurídica	57	20
COFINS s/rendimentos de aplicações financeiras	2.113	2.288
Total	33.350	25.238

12. Patrimônio líquido

Descrição	2024	2023
Patrimônio social	6.324.378	7.083.249
Superávit(Diferço) acumulado	590.062	(758.871)
Total	6.914.440	6.324.378

O patrimônio líquido é constituído pelo Patrimônio Social e Superávit acumulado, totalizando R\$ 6.914.440,38, em 31/12/2024.

No exercício de 2024, o Instituto apurou um resultado superavitário devido ao incremento do repasse recebido da instituidora COOPERFORTE, evidenciado na nota 13.

Conforme previsto no Estatuto, no artigo 30, no caso de dissolução do Instituto, o respectivo Patrimônio Líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, nos termos da Lei nº 9.790/1999.

13. Receitas de contribuições e doações

Descrição	2024	2023
Receitas de contribuições da Instituidora (a)	5.297.324	3.419.247
Receitas de contribuições de associados	57.276	67.526
Receitas de doações (b)	365.889	94.620
Total	5.720.489	3.581.393

(a) Refere-se aos repasses da COOPERFORTE para custeio da estrutura física, administrativa e dos projetos sociais apoiados pelo Instituto, objetivando a realização de seu propósito. É importante destacar que o percentual de repasse, fixado em 3% até 31/12/2023, foi alterado pela Instituidora para 5% a partir de 2024.

(b) Correspondem às doações recebidas e destinadas ao combate à fome realizadas de forma esporádica.

O aumento das doações em 2024 corresponde, principalmente, à campanha de Ação Solidária SOS RS, realizada com o intuito de arrecadar recursos para subsidiar as famílias afetadas pelas enchentes ocorridas no estado do Rio Grande do Sul.

14. Receitas operacionais de aplicações financeiras

Descrição	2024	2023
Rendimentos de aplicações financeiras	657.578	864.401
Sobras recebidas da Instituidora	97.255	104.007
Rendimentos de poupança	3.729	1.674
Total	758.562	970.082

A redução do rendimento das aplicações financeiras observada no exercício de 2024, em comparação com o ano anterior, deve-se principalmente a redução da taxa Selic, que passou de 13,04% em 2023 para 10,88% em 2024, impactando diretamente os rendimentos de aplicações em renda fixa.

15. Custos e despesas operacionais com

programas de Educação

Descrição	2024	2023
Repasse financeiro	2.565.148	2.801.996
Montebomente	18.640	66.033
Despesas administrativas de projetos	51.217	49.711
Outros projetos	475.719	114.592
Salários, encargos e benefícios	2.036.260	1.485.461
Total	5.146.984	4.517.793

O saldo é representado pelas despesas vinculadas diretamente aos projetos do Instituto, incluindo, além do Repasse Financeiro, as despesas relativas a visitas técnicas e a salários, encargos e benefícios dos colaboradores envolvidos diretamente na condução e monitoramento dos projetos.

Em 2024, o Instituto Cooperforte manteve o apoio a 32 projetos voltados à qualificação ou requalificação de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade, nas áreas de beleza e estética, rotinas administrativas, gastronomia, tecnologia da informação, dentre outras (além de educação financeira, empreendedorismo, cidadania e educação digital, presente em todos os projetos).

16. Despesas de operacionalização técnica e administrativa

Referem-se às despesas relacionadas ao Convênio de

Operacionalização Técnica e Administrativa, firmado com a COOPERFORTE, em 17/08/2018, que garante ao Instituto Cooperforte a realização das atividades contábeis, financeiras, administrativas, tecnológicas, jurídicas, de comunicação, de governança e de controladoria.

Nessa linha, além do Convênio de Operacionalização, também estão incluídos os valores relativos às despesas compartilhadas com a instituidora COOPERFORTE, tais como os gastos com a Assembleia, aluguel e despesas gerais.

Descrição	2024	2023
Operacionalização Técnica e Administrativa	447.067	425.007
Assembleia Geral	32.452	49.200
Aluguel	96.316	100.969
Luz, água e telefone	22.741	20.169
Total	598.576	595.345

17. Despesas de Impostos e taxas

Referem-se aos registros de valores de impostos e taxas/contribuições provisionadas para pagamento no prazo legal:

Descrição	2024	2023
COFINS sobre rendimentos de aplicações financeiras	26.456	34.583
Outros	364	-
Total	26.820	34.583

A redução da COFINS sobre rendimentos está em consonância com os fatos citados na nota 14.

18. Despesas com prestadores de serviços

Descrição	2024	2023
Auditoria externa	24.143	8.671
Medicina do trabalho (a)	5.096	5.857
Total	29.239	14.528

(a) Refere-se aos custos de acompanhamento periódico de todos os colaboradores.

19. Outras despesas/receitas

Outras receitas/(despesas) operacionais	2024	2023
Descontos obtidos	307	157
Recuperação de recursos de projetos administrativos	-	3.583
Demas	14	16
Total de outras receitas	321	3.756
Outras despesas com pessoal (treinamento/cursos)	(11.747)	(30.457)
Viagens e transporte	(3.919)	(5.436)
Seguros diversos	(2.896)	(2.826)
Despesas legais	(12.829)	(1.675)
Diversas despesas operacionais	(11,424)	(54,322)
Despesas bancárias	(11,857)	(14,253)
Total de outras despesas	(54,672)	(108,957)
Resultado	(54,351)	(105,201)

O aumento em Despesas legais está relacionado à renovação de marcas e patentes vinculadas ao Instituto Cooperforte junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

20. Passivos contingentes

Com base nos relatórios dos assessores jurídicos, não existem ações judiciais trabalhistas, fiscais ou cíveis tramitando contra ou a favor do Instituto.

21. Partes relacionadas

No quadro abaixo, demonstramos as transações com a COOPERFORTE, Instituidora do Instituto:

Descrição	2024	2023
Saldo de depósitos a prazo de aplicação financeira na COOPERFORTE	6.606.449	6.089.865
Posição de capital investido na COOPERFORTE	277	263
Repasse recebido da COOPERFORTE no período (competência) (a)	5.297.324	3.419.247
Resarcimentos de custos à COOPERFORTE	598.576	595.345
Operacionalização técnica e administrativa (Nota 16)	447.067	425.007
Outros ressarcimentos de custos à COOPERFORTE (Nota 16)	151.509	170.338

(a) Em 2024, a COOPERFORTE alterou sua contribuição ao Instituto Cooperforte para 5% das Sobras apuradas na Cooperativa.

22. Seguro empresarial

Em razão do termo de comodato, os bens utilizados pela entidade estão segurados em apólice de seguro empresarial, modalidade Compreensivo Empresarial, contratado junto à Allianz Seguros S/A, pela Instituidora, a COOPERFORTE, com vigência anual.

Brasília (DF), 02 de abril de 2025.

Juscineide Souza Pimentel
Superintendente

Marcos Rafael de Oliveira Raymundo
Gerente

Aline Jaguaribe
Contadora CRC-RJ 08701409

2.6 - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES



KPMG Auditores Independentes Ltda.
SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte
ParkShopping - Zona Industrial (Guará)
Caixa Postal 11619 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 3362 3700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Associados da

Associação para Promoção Humana e Desenvolvimento Social – Instituto Cooperforte

Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação para Promoção Humana e Desenvolvimento Social – Instituto Cooperforte (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação para Promoção Humana e Desenvolvimento Social – Instituto Cooperforte em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 25 de março de 2024, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 2 de abril de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-0

Pedro H. M. Machado

Pedro Henrique Moura Machado
Contador CRC GO-022139/O-4



2.7 - PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Associação para Promoção Humana e Desenvolvimento Social – Instituto Cooperforte, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou a Mensagem da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas a 31 de dezembro de 2024. Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito, nos esclarecimentos prestados pela Administração e no relatório da auditoria sobre as demonstrações financeiras, emitido pela KPMG, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de ser encaminhados para apreciação da Assembleia Geral.

Brasília, 03 de abril de 2025

José Alípio dos Santos
Presidente

Paulina Pasquina Benedetti Terra
Conselheira

Milton Vieira Alves Júnior
Conselheiro

Acompanhe o Instituto



@institutocooperforte



facebook.com/InstitutoCooperforte



linkedin.com/company/instituto-cooperforte/



<https://ic-cf.org.br/>





 Instituto
COOPERFORTE

4 EDUCAÇÃO
DE QUALIDADE



8 TRABALHO DECENTE
E CRESCIMENTO
ECONÔMICO

